

Economia - Brasil

Política

PLANALTO

Collor adota choque liberal na economia

Sem alarde, presidente libera preços de quase todos os produtos e rejeita pressões para lançar novo pacote e mudar Ministério

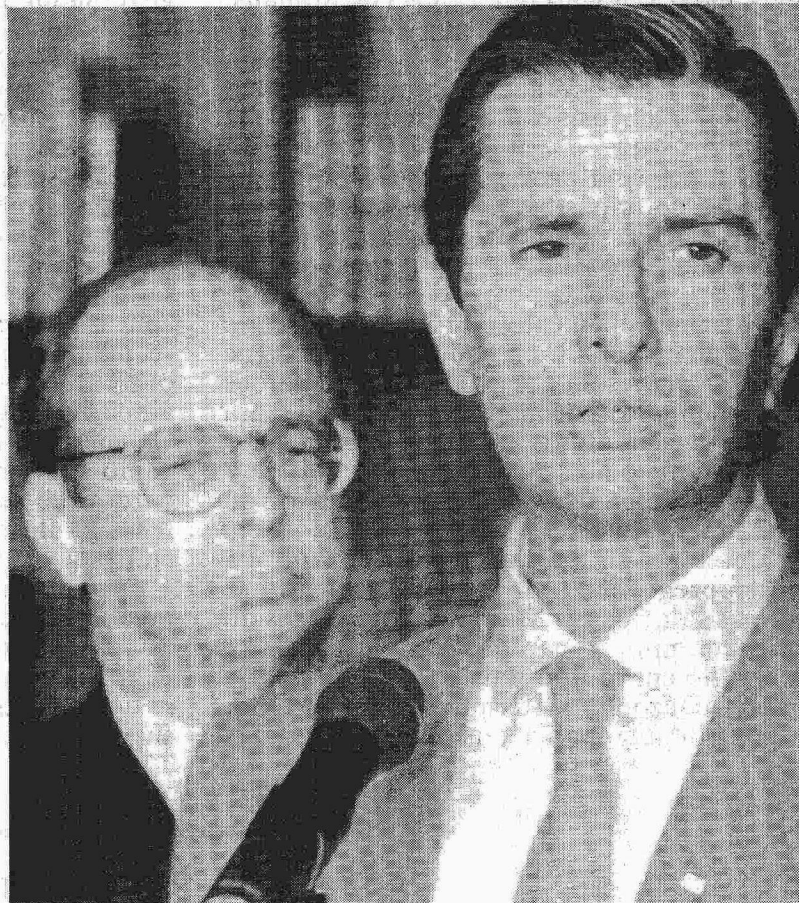
LUCIANO SUASSUNA

BRASÍLIA — Sem maior alarde ou pronunciamentos bombásticos, o presidente Fernando Collor está promovendo um choque liberal na economia. Nas duas últimas semanas, ele incentivou uma substancial mudança no comportamento do governo, impulsionado pelo sucesso obtido na privatização da Usiminas, pelos resultados iniciais do pacote agrícola e pela aprovação, no Congresso, das verbas para a construção de Centros Integrados de Apoio à Criança (Ciacs). "Não adianta fazer congelamento para depois a inflação voltar com força maior ainda", afirmou o presidente a um interlocutor, na semana passada.

Em 15 dias, o governo retirou o controle que pesava sobre milhares de produtos incorporados a uma nomenclatura com mais de 20 capítulos e uma infinidade de variações de marcas e quantidades (veja reportagem abaixo). Num processo que começou a tomar forma há 60 dias, retornaram à livre concorrência do mercado preços de automóveis, produtos farmacêuticos e petroquímicos. Nem mesmo alimentos essenciais à população de baixa renda, como o leite tipo C e o pão francês de 50 gramas, estão sob o controle do governo.

A tabela da Superintendência Nacional de Abastecimento (Sunab) foi extinta, independentemente das eventuais consequências inflacionárias da medida. O presidente está convencido de que a hiperinflação não ronda seu governo e tem feito, em conversas reservadas, a previsão de que o País conviverá com taxas mensais altas (acima de 20% ao mês) até março.

Virada — Seria a partir daí que a sociedade começaria a sentir a presença das três pilas erguidas por Collor como símbolos dessa virada. A privatização já rendeu aos cofres



Wilson Pedrosa/AE—23/8/91

Trabalho em silêncio

Collor (com Marcílio ao fundo): fim da Sunab e do controle sobre produtos como o pão francês

públicos, apenas com os valores de venda da Usiminas (US\$ 1,117 bilhões) e da Celma (US\$ 93,71 milhões), as duas primeiras empresas compradas pela iniciativa privada, cerca de Cr\$ 847 bilhões, pelo dólar comercial. Amanhã, outros Cr\$ 13,8 bilhões devem entrar para os cofres do Tesouro com a privatização da Mafersa, cujo lance mínimo será de US\$ 19,8 milhões.

Nessa contabilidade, o presidente parece mais audacioso. Para o governo, a privatização da Usiminas pode representar uma economia de US\$

500 milhões até o final de 1993 — com base no volume que teria de ser investido para manter a boa produtividade da empresa siderúrgica. Além disso, a conta tem sido interpretada com um número dobrado porque o governo pode investir os US\$ 500 milhões na área social — e porque a economia do País será ativada com outros US\$ 500 milhões que, a partir de agora, sairão do caixa da iniciativa privada.

Também em março começarão a ser notados os efeitos do pacote agrícola. De acordo com o governador de Mato

Grosso do Sul, Pedro Pedrossian (PTB), o barateamento dos juros para o setor ampliou em 15% a área plantada no Estado. Para o ministro da Agricultura, Antônio Cabrera, de março em diante o País engordará suas divisas com a ampliação das exportações de produtos agrícolas e o consumidor também será beneficiado pelos preços menores, decorrentes da ampliação da oferta. O ministro da Saúde e da Criança, Alcení Guerra, responsável pela construção dos Ciacs, também sonha com março, quando as primeiras escolas estarão erguidas para o início do ano letivo.

Ação política — A iniciativa do presidente na área econômica está sendo sustentada por sintomáticas mudanças no relacionamento com o Congresso. Também sem fanfarras, Collor orientou todos os ministros a trabalhar intensamente pela aprovação dos projetos de interesse do governo.

A pedido do coordenador político, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, mesmo ministros da área social foram exortados a procurar parlamentares para pedir-lhes que os vetos do presidente à Lei Salarial sejam mantidos. No primeiro teste, na quarta-feira, dois vetos permaneceram intocados. Esta semana, outros vetos, como o que derubou a indexação salarial e é de vital importância para a política econômica de Collor, estarão na pauta de votações.

Mesmo a irritação despertada nos parlamentaristas com a derrota da emenda do senador José Richa (PSDB-PR), que previa a antecipação — de 7 de setembro de 1993 para 21 de abril de 1992 — do plebiscito sobre sistema de governo, foi premeditada e serviu para mostrar o alcance da revigorada ação política do governo. Com a vitória no Senado, operada pelo ministro Passarinho com a autorização do presidente Collor, o Congresso sepultou qualquer alternativa

para comer um naco de poder ou de mandato do presidente antes do final constitucional de seu governo.

"Quando quer, o presidente sempre ganha no Congresso", diz o deputado Delfim Netto (PDS-SP). "O Collor tem as duas maiores armas da política: a caneta e o Diário Oficial", completa o deputado, numa referência ao poder do presidente de promover demissões para retaliar e conceder favores para consolidar aliados.

"Mais gordo" — Os resultados de um clima menos tenso na política e de um presidente mais confiante no sucesso da sua administração podem ser sentidos de várias maneiras. "Ele está mais gordo", registra a ministra da Ação Social, Margarida Procópio. Para um presidente que firmou a imagem de administrador inclinado a lances espetaculares, Collor passou o final de outubro ouvindo — e ignorando — os mais diversos tipos de pressão por soluções mágicas: criticou o plano do momento, um cabalístico "Plano K", contornou uma crise militar e reuniu ministros para dizer que não troca ninguém — pelo menos por enquanto.

Na quarta-feira, por exemplo, ouviu o governador do Rio Grande do Sul, Alceu Collares (PDT), criticar quase todo o Ministério e pedir a imediata substituição de Marcílio Marques Moreira, da Economia. Antes, em plena terça-feira negra, quando o dólar no paralelo superou a barreira dos Cr\$ 1.050,00, Collor ouviu empresários pedindo congelamento e políticos sugerindo uma reforma ministerial.

Nos dois casos, usou-se o argumento de que era a única forma para se salvar o governo. O presidente não fez nada de impacto. Manteve o Banco Central fora do mercado do ouro e o dólar no paralelo ficou estabilizado em cerca de Cr\$ 840,00 durante quase uma semana. O clima catastrófico começou a dissipar-se.